

IPES Texto para Discussão

Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Reflexões sobre as barreiras não tarifárias às exportações na cadeia de carne bovina brasileira

Sheila Zardo da Silva – UCS

Divanildo Triches – IPES/UCS

Guilherme Malafaia – PPGA/UCS

Maio de 2008

Texto nº 0 32

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

REITOR

Prof. Isidoro Zorzi

VICE-REITOR

Prof. José Carlos Avino

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. José Clemente Posenato

CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS, E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Prof^a Maria Carolina Rosa Gullo

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Prof Divanildo Triches

PROFESSORES PESQUISADORES

Divanildo Triches

Enrique Pereira de Almeida

Soraia Santos da Silva

Wilson Luís Caldart

AUXILIARES DE PESQUISA

Marli Teresinha Giani

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e do Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional da Universidade de Caxias do Sul, para divulgar, em versão preliminar, a produção científica e acadêmica de professores, alunos e, também, trabalhos apresentados em seminários e estudos feitos por pesquisadores e convidados de outras instituições.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – 95070-560, Caxias do Sul – RS

ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95201-972, Bloco J – Sala 401

Telefone/ Fax (54) 3218 21 00, ramal 2243

<http://www.ucs.br>

Reflexões sobre as barreiras não tarifárias às exportações na cadeia de carne bovina brasileira[#]

Versão 12.05 2009

Sheila Zardo da Silva^{*}
Divanildo Triches^{**}
Guilherme Malafaia^{***}

Resumo

O crescimento, no comércio internacional, de carne bovina nos últimos anos é extremamente expressivo. Nesse sentido, o Brasil tornou-se um dos mais importantes *players* dessa *commodity*. Entretanto, o país ainda tem sofrido restrições comerciais à exportação de carne bovina, causando sérios prejuízos à cadeia produtiva como um todo. O objetivo deste trabalho é avaliar os impactos da imposição das barreiras não tarifárias sobre as exportações de carne bovina no Brasil a partir de 1990, bem como identificar alternativas que minimizem essa situação. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com especialistas da cadeia da carne bovina sobre o tema em questão. Os resultados mostraram que o Brasil não possui um sistema de rastreabilidade e certificação confiável, dificultando a abertura e/ou ampliação dos mercados ambicionados. Os investimentos em esquemas de qualidade assegurada que permitam aumentar a credibilidade aos seus clientes, deve ser tema prioritário nas agendas de discussão da cadeia da carne bovina brasileira. Somente assim o Brasil conseguirá fazer frente às barreiras não tarifárias impostas à exportação de carne bovina.

Palavras-chaves: Barreiras não-tarifárias, esquemas de qualidade assegurada, cadeia produtiva, carne bovina.

Title: *Analysis of barriers on the export of beef cattle in Brazil*

Abstract

The growth in the international trade of beef cattle in recent years is extremely expressive. The Brazil is the important player of this commodity. However, it has suffered commercial restrictions to the exportation of beef cattle yet. It is causing serious damages for the productive chain as a whole. The objective of this work is to evaluate the impacts of the imposition of the barriers on the export of beef cattle in Brazil since 1990 as well as identifying alternatives that minimize this situation. The methodology was a bibliographical research and an in-depth interview with experts of the beef chain. The results had shown that the Brazil does not have a trustworthy system of rastreability and certification. It is a serious problem for to openness and/or to stay in the target market. The investments in projects of Schemes Assurance Quality are very important for increasing credibility to its customers. This must be priority subject in schedule of the Brazilian beef cattle chain. It is the principal

[#] Este artigo é resultante da monografia defendida em dez.2008, para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

^{*} Bacharel em Economia pela Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* sheila_zardo@hotmail.com.

^{**} Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e Pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul (IPES/UCS) e no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale dos Sinos, PPGE/UNISINOS. *E. mails.:* dtriches@ucs.br e divanildot@unisinis.br

^{***} Doutor em Agronegócio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no PPGA na Universidade de Caxias do Sul *E. mail.:* gcmalafa@ucs.br

strategy for the Brazil to have successful against the barrier to entry to the exportation of bovine meat.

Keywords: Barrier to entry, schemes assurance quality, productive chain, beef cattle.

JEL Classification: O13, Q12, Q13, Q17

1 Introdução

A abertura de mercados, a redução de tarifas alfandegárias, o aumento da eficiência na produção das fazendas e a elevação da renda mundial tiveram importantes contribuições no aumento de volume da carne bovina comercializado no mundo nos últimos anos. Em resposta a esse cenário, a pecuária bovina no Brasil vem, cada vez mais, se modernizando, tornando-se mais competitiva nacional e internacionalmente. Entretanto, as barreiras à entrada, tarifárias ou não tarifárias, impostas por certos blocos econômicos ao comércio internacional de carne bovina, vêm retardando e diluindo a competência que alguns países, especialmente o Brasil, possuem na produção, industrialização e comercialização desse produto.

Nas rodadas de negociações multilaterais, sob o âmbito do GATT/OMC, especialmente aos acordos firmados na Rodada Uruguai (1986-1994),¹ ocorreram reduções nas barreiras tarifárias e na concessão de subsídios. No entanto, esse processo de abertura comercial (ampliação do acesso de mercado), determinado pela mitigação das medidas tradicionais de proteção, tem sido compensado pela intensificação de outros mecanismos, tarifários ou não tarifários, de proteção comercial.

O Brasil tem repetidamente sido alvo de restrições comerciais à carne bovina, como as impostas pela Rússia e União Europeia em 2001 e 2005 e, mais recentemente, pela suspensão das importações por parte da União Europeia (EUR-LEX, 2008). Esses episódios têm causado prejuízos à cadeia produtiva da carne bovina brasileira, com uma redução de 20% no volume de carne exportada, somente nos 10 primeiros meses de 2008, quando comparada a igual período do ano anterior.²

¹Nessa rodada, a oitava de negociações multilaterais, foram concretizadas as primeiras medidas de redução das barreiras comerciais (tarifas e subsídios) estabelecidas pelos países aos produtos agrícolas, visando à ampliação do acesso de mercado (quotas-tarifárias) e dos fluxos de comércio.

² Uma discussão mais detalhada sobre cadeia produtiva da carne bovina brasileira pode ser encontrada em Bender (2006), Bliska e Gonçalves (1998), Filho (2006) Galli e Miranda (2008), Lima et al. (2005), Miranda e Cunha (2004), Pereira (1989), entre outros.

As discussões acerca dessas barreiras estão vinculadas a definições de padrões técnicos, sanitários e fitossanitários. Tais barreiras, apesar de estarem incluídas nos mecanismos de proteção permitidos pela Organização Mundial do Comércio, estão sendo utilizadas de forma discriminatória, configurando-se em barreiras comerciais, provocando os chamados desvios de comércio.³ Nesse contexto, a inserção brasileira no comércio internacional de carne bovina tem sido marcada por negociações, que poderão resultar na criação e ampliação do seu acesso aos mercados que pagam um preço *premium*. Contudo, essas contingentes barreiras comerciais têm levado a cadeia da carne bovina a enfrentar enormes dificuldades para penetrar em certos blocos econômicos.

Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo avaliar os impactos da imposição das barreiras não tarifárias sobre as exportações de carne bovina no Brasil a partir de 1990, bem como identificar alternativas que minimizem essa situação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com especialistas de cadeia da carne bovina sobre o tema em questão. O texto está estruturado da seguinte forma: primeiramente, discutem-se os aspectos teóricos sobre as cadeias produtivas e o comércio internacional, depois os aspectos metodológicos do trabalho são apresentados. Em seguida, realiza-se uma contextualização da cadeia produtiva da carne bovina e discutem-se as principais barreiras não tarifárias à exportação. Após, discutem-se os esquemas de qualidade assegurada como uma alternativa eficiente frente às barreiras comerciais não tarifárias. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 Abordagem teórica de cadeias produtivas e comércio internacional

2.1 As cadeias produtivas

A articulação progressiva entre as várias fases do processo de produção envolvendo desde os insumos básicos, a produção, a distribuição, a comercialização e a colocação do produto final para o consumidor, constituindo elos de uma corrente, pode ser entendida por cadeia produtiva. O conceito de cadeia produtiva tem origem no conceito de *Filière*, da escola francesa de economia industrial.

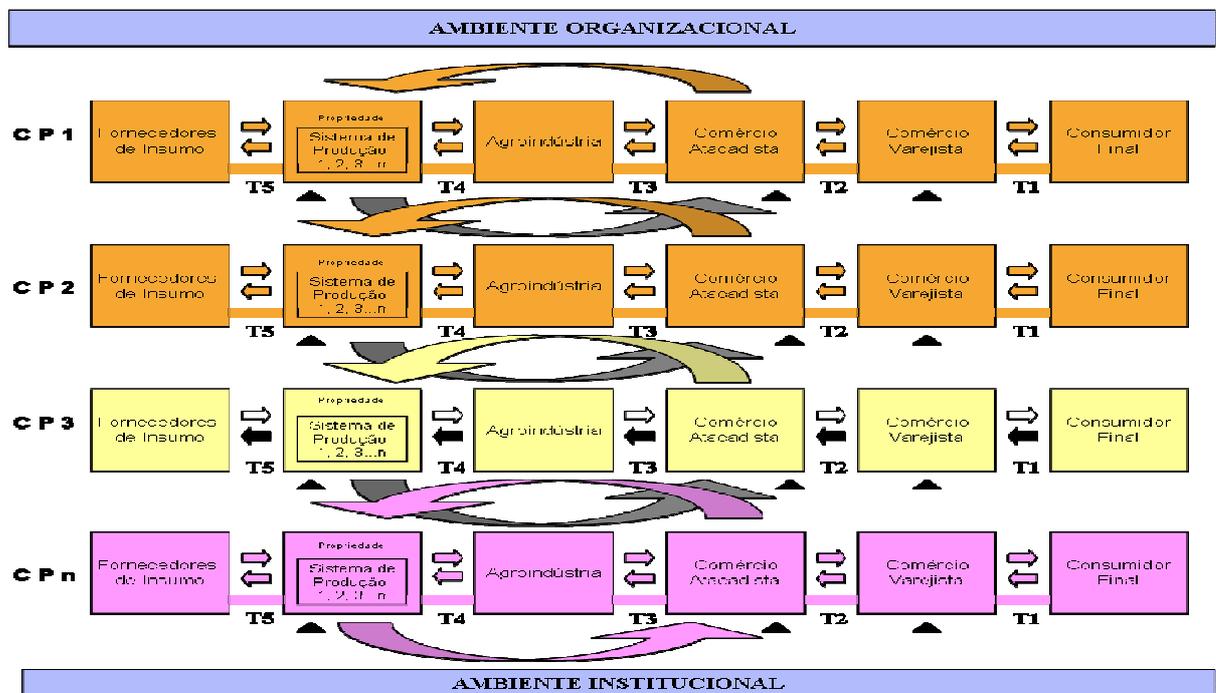
³ Vejam-se Barral (2002), Berto (2004), Castilho (2000), Gurgel (2006) Rodrigues e Paula (2007), Viegas (2003), entre outros.

Para ser considerada uma cadeia produtiva, alguns elementos devem estar implicitamente relacionados a essa visão. Sendo assim, a cadeia produtiva pode ser considerada como uma sequência de operações que determinam a produção de bens, cujas inter-relações são largamente influenciadas pelas possibilidades tecnológicas, definidas pelas estratégias dos elos, e governadas pelas forças hierárquicas da cadeia.

De acordo com Batalha (1997 e 2001), o encadeamento das operações de uma cadeia produtiva ocorre sempre de jusante para montante; em outras palavras, do produto final no sentido da matéria-prima de base. Na visão de Ferreira (2003), a análise de cadeias produtivas pode servir como um mecanismo de descrição técnico-produtivo, em que as operações são descritas na sequência em que ocorrem, analisando-se o fluxo tecnológico.

Pode-se ainda entender, por meio desse conceito, a estratégia individual da firma, bem como suas inter-relações com os demais elos da cadeia. Jank (1996) considera uma cadeia de produção agroalimentar como sendo constituída pelo segmento de produção agropecuária; o de transformação das matérias-primas e o de distribuição dos produtos agroalimentares.

Figura 1: Esquema do agronegócio e suas cadeias produtivas



Fonte: Castro (2002).

Para Zylbersztajn e Neves (2000), a cadeia de produção poderá ter um recorte dentro de um universo maior de um sistema. Em outras palavras, um sistema agroindustrial pode conter várias cadeias produtivas (CP1, CP2, CP3, CPn), nas quais o pesquisador pode dar o contorno que desejar para a sua análise. Dessa forma, dependendo dos objetivos do estudo, poderão ser ou não incluídos outros segmentos à montante da produção primária, sendo que o importante é estudar aqueles que de fato são determinantes da análise principal, conforme pode ser visto na figura 1.

Portanto o conceito de cadeias, segundo Batalha (2001), pode ser situado no espaço analítico delimitado pelos contornos externos da cadeia produtiva, buscando identificar eventuais disfunções que comprometam o funcionamento eficiente da mesma, bem como ser situado como ferramenta de gestão nas organizações.

2.2 O Comércio Internacional

A abertura comercial e a consolidação dos blocos regionais, a partir da metade da década de 80, afetaram as relações econômicas e a vantagem comparativa dos países. A partir dessa fase, a competitividade das empresas e dos setores econômicos passa a ser determinada pela capacidade de crescimento perante seus concorrentes internacionais, também pela ação dos governos, por meio de subsídios e proteções de ordem tarifárias e não tarifárias.

Nos mercados globalizados, a vantagem comparativa passa a ser estabelecida a partir de um mix de políticas públicas, tais como monetária, fiscal e cambial, pelos ganhos contínuos da eficiência dos agentes econômicos. Esses ganhos são a redução nos custos, inovação tecnológica, diferenciação nos produtos e ainda pela capacidade de organização e coordenação das cadeias produtivas, obtidas através de estruturas de governança estabelecidas entre os agentes públicos e privados como mostram Zylbersztajn e Neves (2000).

Segundo Krugman e Obstfeld (2001), a teoria de comércio internacional analisa as bases e os ganhos decorrentes do comércio. A política de comércio internacional examina as relações e os efeitos das restrições comerciais, e do novo protecionismo. O balanço de pagamentos mede as receitas e os pagamentos de uma nação em relação ao restante do mundo, enquanto os mercados externos de câmbio constituem o referencial para a troca de moeda.

O princípio básico que norteia as teorias do Comércio Internacional é o de que cada nação pode elevar seu produto e sua renda ao utilizar seus recursos de forma mais eficiente, através das atividades nas quais apresenta vantagem comparativa. A teoria da vantagem comparativa ou dos custos comparativos formulada por David Ricardo, compreende das mais antigas e baseia-se na diferença de preços de um país para o outro, os quais refletem as diferenças nos custos de produção e, conseqüentemente, uma economia dos recursos da nação. Já a teoria neoclássica aborda que o padrão do comércio internacional é baseado na intensividade e abundância fatorial, isto é, o país que possui abundância de um determinado fator relativamente aos outros países deveria se especializar na produção daquelas mercadorias que usa esse fator produtivo de forma mais intensiva.

Salienta-se, no entanto, que o padrão do comércio internacional pode ser alterado por meio de instrumentos de política comercial. Assim, as restrições não possuem uma definição precisa; em geral, pode ser entendida como qualquer lei, regulamento, prática ou política governamental que proteja os produtores de um país contra a competição externa. Em outras palavras, é um obstáculo ao fluxo normal de importações e ou estimula artificialmente as exportações de um produto específico como abordam Krugman e Obstfeld (2001). Dentre esses mecanismos, destacam-se os impostos ou as tarifas sobre transações de comércio internacionais, os subsídios, as cotas e os limites legais sobre o valor ou o volume de importações.²

As negociações para a área de acesso a mercados em acordos multilaterais englobam, além das barreiras tarifárias, as barreiras não tarifárias. Estas últimas são entendidas, segundo Viegas (2003), como restrições à exportação e subsídios à exportação e produção, ou medidas com efeito similar, e não apenas restrições à importação. Barreiras não tarifárias são definidas com qualquer restrição, despesa, ou política, que não seja uma tarifa, que limite o acesso de produtos importados, como quotas, sistemas de licenciamento, regulamentos sanitários e proibições. (OMC, 2008).

As restrições quantitativas e as limitações específicas similares são os tipos mais frequentes de Barreiras não tarifárias, sendo diretas, com efeitos restritivos sobre o volume transacionado, como o caso das quotas. Dentre as medidas não tarifárias e políticas correlatas que afetam as importações, Castilho (1996) destaca que as ações *anti-dumping* e os direitos

compensatórios, à semelhança das salvaguardas, são instrumentos de política comercial. Tais instrumentos têm como meta proteger e evitar danos às indústrias domésticas, causados por práticas desleais de comércio. De forma mais específica, as barreiras técnicas se caracterizam pelo estabelecimento de normas visando à harmonização de regulações técnicas, padrões e normas de inspeção. Essas normas têm efeito restritivo ao comércio a partir do momento em que diferem entre os países, podendo ser compulsórias ou voluntárias. Essas barreiras contemplam também normas industriais, de segurança, embalagens e de mídia. Na sua concepção, incluem também normas de medidas sanitárias e fitossanitárias.

Na realidade, as definições expostas acima são ambas condizentes com o que se observa em termos de medidas para restringir o mercado livre de produtos e serviços. Por fim destaca-se que alguns dos instrumentos compreendidos por essas definições não são considerados, na sua concepção pura, como barreiras comerciais. Contudo, o tipo de utilização que os países fazem dos mesmos, muitas vezes de forma arbitrária, afeta as transações comerciais.

3 Aspectos metodológicos

Diante do objetivo proposto de avaliar os impactos da imposição das barreiras não tarifárias sobre as exportações de carne bovina no Brasil, optou-se pela realização de uma pesquisa com abordagem qualitativa. A escolha da abordagem depende muito da postura filosófica adotada para investigar a realidade do problema. Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, e possibilitam o entendimento das particularidades dos indivíduos como mostra Ruiz (1985).

A operacionalização dessa pesquisa realizou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e, também, por meio de entrevistas em profundidade, realizadas com especialistas da cadeia produtiva da carne bovina brasileira sobre o tema em questão, utilizando um roteiro de tópicos, sem obedecer a uma estrutura formal como tratam Lakatos e Marconi (2001). Para Ruiz (1985), a entrevista em profundidade consiste em um diálogo que visa a coletar de determinada fonte, pessoa ou informante, dados relevantes para uma pesquisa, considerando-se que não apenas as questões devem ser selecionadas, mas também o informante. A entrevista em profundidade é mais adequada à metodologia qualitativa por valorizar a presença do investigador e, ao mesmo tempo, oferecer todas as perspectivas

possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação, conforme discute Triviños (1987). Buscou-se, dessa forma, fazer entrevistas com cinco especialistas, que pudessem relatar com clareza e objetividade todas as influências sentidas pela cadeia da carne bovina, mediante barreiras não tarifárias impostas a ela, bem como possíveis alternativas para minimizar esse problema.

As etapas da pesquisa foram assim desenvolvidas: a) contextualização da cadeia da carne bovina no Brasil; b) descrição das barreiras à entrada da carne bovina brasileira no mercado internacional; c) alternativas estratégicas para minimizar essa situação. Como etapa final do processo de pesquisa, procedeu-se à análise das informações e ao desenvolvimento de sugestões e considerações, descritas a seguir.

4 O dimensionamento da cadeia da carne bovina no Brasil

Historicamente, a atividade pecuária desempenhou um papel importante na expansão da fronteira agrícola e na ocupação do país, fazendo com que ao longo dos anos o rebanho brasileiro estivesse presente em todas as regiões. Como se pode observar na tabela 1, a distribuição de animais nas regiões do Brasil demonstra que a produção não está restrita a uma única região. O rebanho bovino brasileiro, no período de 1990 a 2005, teve um crescimento expressivo de 40,8%, tendo uma taxa média anual de 2,47 % no período de quinze anos, passando de cerca de 147 milhões de bovinos em 1990 para acima de 207 milhões de cabeças em 2005.

Tabela 1 – Evolução do rebanho bovino por região geográfica e Brasil 1990-1995-2000-2005(mil cabeças)

Brasil/Regiões	1990	%	1995	%	2000	%	2005	%	Varição (%)*
Brasil	147.102	100	161.228	100	169.876	100	207.157	100	2,47
Norte	13.317	9,0	19.183	11,9	24.518	14,4	41.489	20,0	8,46
Nordeste	26.190	17,8	23.174	14,4	22.567	13,3	26.969	13,0	0,21
Sudeste	36.323	24,7	37.168	23,1	36.852	21,7	38.944	18,8	0,50
Sul	25.326	17,2	26.641	16,5	26.298	15,5	27.770	13,4	0,66
Centro-Oeste	45.946	31,2	55.061	34,2	59.641	35,1	71.986	34,7	3,26

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

*Refere-se à taxa média geométrica de variação anual.

Quanto ao mercado de carne bovina, apesar do expressivo crescimento das exportações, o principal mercado da pecuária nacional ainda é o mercado interno que, segundo relatório da Cepea (2006), pode ser separado em dois grupos: o dos consumidores compostos pela população de baixa renda, que se preocupa com a quantidade de consumo e que possui como restrição o preço, e o dos consumidores com maior poder aquisitivo, que se preocupa com a qualidade do produto.

A tabela 2 apresenta a distribuição do produto nos diferentes mercados no período de 1994 a 2005. O mercado interno tem participação expressiva na produção total de carne bovina. Também pode ser observado o aumento significativo de 30% da produção de bovinos, que, em 1994, eram 32 milhões de cabeças e, em 2005, aumentou para 42 milhões de cabeças; os maiores consumos e importações ocorreram em 1995 e 1996. Já nos anos de retração da demanda interna (1999 a 2005), é que são verificados os maiores incrementos na exportação, passando de 541 milhões de cabeças em 1990 para aproximadamente 2 milhões de bovinos exportados em 2005.

Tabela 2 – Balanço do mercado da Carne Bovina no período de 1994-2005

Referências	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Abate/Produção												
Cabeças (*)	32,7	36,9	36,7	34,2	35,6	35,0	35,9	37,3	37,8	39,6	42,1	42,7
Quantidade (**)	6.094	6.768	6.794	6.444	6.709	6.615	6.682	6.996	7.060	7.245	7.690	7.817
Consumo interno												
Quantidade (**)	5.805	6.603	6.653	6.269	6.418	6.116	6.185	6.245	6.197	6.095	6.107	6.003
<i>Per capita</i> (kg/hab/ano)	38	42,6	42,4	39	38	36,3	35,8	36,0	35,0	34,0	34,0	33,0
% da produção	95,2	97,6	97,9	97,3	95,5	92,4	92,6	89,3	87,8	84,1	79,4	76,8
Importação												
Quantidade (**)	86	121	139	112	79	42	57	38	66	58	48	43
Exportação												
Quantidade (**)	376	287	280	287	370	541	554	789	929	1.208	1.630	1.857
População do Brasil (IBGE) Habitantes (milhões)	152,9	154,9	157,1	159,9	163,1	166,4	169,8	172,7	175,6	178,6	181,6	184,3

Fonte: Anualpec, (2003 e 2006).

(*) =milhões de cabeças

(**) =milhares de ton. De equivalente em carcaças

No Brasil, a carne bovina é que apresenta o maior consumo *per capita* entre as principais carnes. Em 2005, foi de 33 kg, equivalente em carcaça/pessoa/ano, tendo seu maior

consumo em 1995, chegando a aproximadamente 42,6 kg, equivalente em carcaça/pessoa/ano, seguida pela carne de frango com 33,3 kg e carne suína com consumo de 11,1 kg.

A última década marcou um período de profunda mudança na estrutura do setor agropecuário nacional. No setor dos produtos pecuários, a evolução no cenário nacional possibilitou ao país despontar como o principal exportador mundial de carne bovina, o que vem contribuindo para elevar as exportações brasileiras e favorecer o saldo da balança comercial.

Tabela 3 – Produção mundial de carne bovina de 1990 a 2005 (1.000 ton.equiv.carcaça)

Países	1990	%	1995	%	2000	%	2005	%	Variação (%) *
EUA	10.464	23,6	11.585	26,4	12.298	24,4	11.317	22,0	0,56
U E	8.787	19,8	7.852	17,9	8.224	16,3	7.770	15,1	-0,87
Brasil	5.218	11,8	6.467	14,7	7.322	14,5	7.817	15,2	2,93
China	1.256	2,8	4.154	9,5	5.328	10,6	7.140	13,9	13,21
Argentina	2.650	6,0	2.600	5,9	2.880	5,7	3.200	6,2	1,35
Austrália	1.718	3,9	1.717	3,9	1.988	3,9	2.125	4,1	1,53
Rússia	4.329	9,7	2.734	6,2	1.840	3,6	1.525	3,0	-7,18
México	1.790	4,0	1.850	4,2	1.900	3,8	2.125	4,1	1,23
Índia	2.161	4,9	1.100	2,5	1.700	3,4	2.230	4,3	0,22
Canadá	924	2,1	928	2,1	1.246	2,5	1.475	2,9	3,39
Nova Zelândia	471	1,1	630	1,4	575	1,1	705	1,4	2,92
Demais	4.638	10,4	2.324	5,3	5.172	10,2	4.043	7,9	-0,97
Total	44.406	100	43.941	100	50.473	100	51.472	100	1,27

Fonte: FNP Consultoria e Comércio, USDA 2006.

*Refere-se à taxa média geométrica de variação anual.

A produção mundial de carne bovina, segundo dados da tabela 3, está por volta de 51 milhões de toneladas, equivalente à carcaça em 2005, acima dos 44 milhões de toneladas no início da década de 90, com um crescimento na taxa média anual de 1,27% no mesmo período. Os EUA é o maior produtor mundial de carne bovina, com uma taxa média de crescimento de 0,5% no período de quinze anos e responde por cerca de 12 milhões de toneladas em 2005, sendo que, no começo da década, de 90, produziu 10,5 milhões. A União Europeia tem o segundo lugar com praticamente 7,5 milhões de toneladas equivalentes à carcaça, tendo apresentado uma redução nesse mesmo período (8,8 milhões de toneladas em 1990), apresentando uma taxa média anual de crescimento negativa 0,87%.

O Brasil, ainda de acordo com a tabela 3, é o terceiro colocado na produção mundial de carnes, tendo uma taxa média de crescimento significativa de 2,93% no período de quinze anos, com praticamente 7,8 milhões de toneladas produzidas em 2005, comparados com 5,2 milhões de toneladas em 1990. A China tem mostrado grande dinamismo no seu desenvolvimento na produção de carnes, apresentando uma participação crescente e registrando a maior taxa de crescimento anual de 13,2% no período de quinze anos; de acordo com dados da tabela, a mesma teve um salto em sua produção de 1,5 milhões de toneladas em 1990 para 7,1 milhões em 2005. Pode-se destacar também o Canadá, que obteve no período de quinze anos um expressivo crescimento em sua produção mundial, apresentando uma taxa média anual de 3,39%, produzindo em 2005 cerca de 1,5 milhões de toneladas de carne. A Rússia por sua vez, como mostra a tabela 3, demonstrou a menor taxa anual de crescimento de -7,18% no período de 1990 a 2005, tendo reduzido sua produção de carne de 4,3 milhões de toneladas para cerca de 1,5 milhões em 2005.

O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, destacando-se tanto no comércio de carnes frescas como no de carnes industrializadas (Anualpec, 2006). O volume dessa exportação atingiu, desde 1990, cerca de 10% da produção brasileira de carne, calculado com base no IBGE. Em 1994, essa parcela era de 5,9% caindo para perto de 3% em 1995 e 1996, coincidindo com o período em que o Plano Real aqueceu o consumo doméstico. De qualquer forma, são magnitudes insignificantes, quando considerados os fatores como potencial existente de terras e a capacidade de abate das unidades frigoríficas nacionais. Apesar da evidência de que o mercado consumidor da carne bovina brasileira é o doméstico, as exportações são uma alternativa cada vez mais interessante para o setor. Em 1996, o Brasil destacou-se exportando 280 mil toneladas e importando 139 mil toneladas de carne bovina. Após esse ano, as exportações cresceram e, em 2000, atingiram 560 mil toneladas, e as importações caíram para 57 mil toneladas de carne. O Brasil é o 5º maior consumidor *per capita* de carne bovina do mundo, com uma disponibilidade média de 40 kg/hab/ano, como mostra Floriani (2001).

A partir de 2001, a produção de carne bovina tem crescido significativamente chegando a 8 milhões de toneladas; as exportações tiveram um crescimento expressivo, chegando em 2005 a 2 milhões de toneladas, e as importações tiveram uma redução de 43 mil toneladas no mesmo período. A produção de carne bovina no Brasil tem aumentado constantemente no período de 1990 a 2005. A taxa média anual de crescimento da produção

verificada, nesse período, foi de 2,93%; suas exportações alcançaram uma taxa média anual de 15,43% de aumento no período de quinze anos, enquanto as importações no mesmo período tiveram uma redução em sua taxa média anual de -11,94%.

Apesar dos percalços (problemas sanitários ainda não resolvidos, por exemplo), o futuro da pecuária brasileira continua promissor. Analistas acreditam que as políticas protecionistas perderam fôlego a partir de 2002, abrindo caminho para a harmonização do mercado. Os criadores sabem que a evolução tecnológica na pecuária influencia o preço do produto e, por isso, investem seguidamente nela (FUTURO, 2002, p.4). No mercado internacional de carne bovina, destaca-se que os maiores agentes são também grandes consumidores: Austrália, EUA, Brasil, Canadá, Nova Zelândia, Argentina e Uruguai. Dentre os grandes *traders*, apenas a Irlanda, os Países Baixos e a França não se destacam como grandes consumidores. Na tabela 4, podem-se verificar os principais países exportadores mundiais de carne.

Percebe-se que o Brasil possui condições para se manter como o grande *player* no mercado mundial de carne bovina. Para tanto, as tecnologias e as disponibilidades de área não constituem a problemática nacional, e sim a resolução de questões sanitárias e a gestão da produção. O Sistema de Identificação e Certificação de Origem Bovina (SIISBOV) seguramente terá papel fundamental para alavancar as exportações brasileiras, pois fará parte das exigências de países importadores (União Europeia e outros) e também será uma ferramenta de gestão de produção e no controle sanitário do rebanho nacional, mas é preciso ser levado a sério. As constantes mudanças nas regras do jogo são muito prejudiciais para a imagem da carne bovina brasileira, pois transmite desconfiança ao mercado.

5 Barreiras não tarifárias à exportação da carne bovina brasileira

O protecionismo no mercado agrícola internacional teve um aumento significativo na década de 80, quando os preços e as exportações agrícolas decresceram, levando ao aumento de subsídios às exportações e barreiras às importações agrícolas provenientes de países em desenvolvimento. Nesse cenário houve a necessidade de se regulamentarem as políticas ligadas ao setor agrícola, introduzindo nas negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) na Rodada Uruguai. Segundo Jank e Viega (1999), o Acordo Agrícola

da Rodada Uruguai previa a regularização dos níveis de subsídios e protecionismo do setor agrícola. Ele foi elaborado com base na necessidade de uma maior transparência desses mercados, liberalização gradual do comércio através da redução de barreiras, correções nas distorções de preços e equilíbrio nas condições de concorrência através da redução de subsídios. Esse Acordo, além de ter introduzido a agricultura às normas e disciplinas do GATT, apresentou como resultado a redução dos subsídios às exportações, a redução do apoio doméstico aos produtores, a conversão das barreiras não tarifárias em tarifas equivalentes (tarifização), a consolidação e a redução de todas as tarifas, o acesso a quotas mínimas para produtores que estavam bloqueados mediante proibições. (THORSTENSEN, 1999).

No quadro 1, pode-se verificar todas as rodadas de negociações que ocorreram no decorrer dos anos de 1947 até os dias atuais, entre os países membros para uma melhoria nas negociações dos seus produtos no comércio internacional.

Quadro 1: - Rodadas de negociações multilaterais do GATT e da OMC de 1947 a 2007

Ano/Rodada	Temas discutidos	Países
1947(Genebra)	Tarifas	23
1949(Annecy)	Tarifas	13
1951(Turquia)	Tarifas	38
1956(Genebra)	Tarifas	26
1960-1961(Rodada Dillon)	Tarifas	26
1964-1967(Rodada Kennedy)	Tarifas e medidas antidumping	62
1973-1979(Rodada Tóquio)	Tarifas, medidas não tarifárias e acordos relativos ao marco jurídico	102
1986-1994(Rodada Uruguai)	Tarifas, medidas não tarifárias, normas, serviços, propriedade intelectual, solução de controvérsias, têxteis, agricultura e criação da OMC	123
2001-2007(Rodada de Doha)	Tarifas, medidas não tarifárias, normas, serviços, propriedade intelectual, agricultura, compras governamentais, investimentos	144

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDI) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

O efeito da Rodada Uruguai não se verificou na prática como deveria, pois os países criaram outros mecanismos de proteção. No mercado americano, por exemplo, a dificuldade de comercialização vigente está nas condições de equivalência, uma vez que não há nenhum processo de verificação sanitária, bem como nenhum reconhecimento de áreas livres ou de baixa intensidade de enfermidades. Outro aspecto limitador está na existência de um acordo de equivalência técnica e sanitária, que inclui a avaliação de risco (AR) entre os países.

Assim, as exigências impostas pelos EUA praticamente inviabilizam as exportações brasileiras de carne bovina *in natura*.

O Brasil não tem acesso aos mercados de países da América do Norte, especificamente os que compõem a NAFTA, sobretudo pela adoção de rígidas medidas de caráter não tarifário, como aquelas voltadas à qualidade e sanidade do alimento. Esses países não reconhecem o acordo sobre a aplicação de medidas sanitárias da OMC, que reconhece áreas livres de doenças ou pragas dentro do país, conhecido como Princípio da Regionalização. Assim as exportações brasileiras de carne *in natura* fresca ou refrigerada e congelada estão proibidas, sob a alegação de ocorrência de contaminação por febre aftosa em alguns estados.

O Japão no mercado de produtos agrícolas tem sua política de comércio exterior baseada nas elevadas tarifas de importação aliadas a rígidas barreiras sanitárias (barreira não tarifária). A tarifa de importação imposta pelo Japão para a carne bovina *in natura* é de 28% (com mínimo de 12,8% e máximo de 50%) para cortes de carne resfriada ou refrigerada e congelada. O país não utiliza o sistema de quotas para esses produtos (UNCTAD, 2006). Pelo lado das barreiras não tarifárias, o Japão não reconhece o Princípio da Regionalização.⁴ As restrições às exportações brasileiras de carne *in natura* se dá, sobretudo, devido a constatação de febre aftosa em alguns locais do país.

Internacionalmente, a União Europeia utiliza subsídios às exportações, fixação de tarifas e quotas tarifárias. Os subsídios europeus consolidados na OMC em 2000 atingiram 1.259,20 milhões de euros. Para carne bovina de alta qualidade, como a desossada fresca ou refrigerada, a tarifa incidente sobre as importações é igual à soma de uma tarifa *ad valorem* de 15,2% e uma específica de € 360,3/100 kg, equivalente a 114,52%. Já quanto às quotas, as importações até o limite são taxadas em 20%. Enquanto para as importações extraquotas a tarifa incidente é de 12,8% mais € 3.041/t ou 176,7%. O sistema de quotas foi incorporado pela União Europeia a partir das negociações da Rodada Uruguai, quando se acordou uma redução de 36% nas tarifas sobre as carnes, redução essa iniciada em 1995 e finalizada em 2000, quando se chegou ao percentual de 12,08% de imposto de importação e uma tarifa de

⁴ O Japão não adota o sistema de regionalização devido à necessidade de sancionar uma lei interna que altera a estrutura atual. Como não é de interesse japonês nem dos seus principais exportadores (EUA e Austrália), a situação tenderá a não se alterar. (BENDER, 2006, p.70).

€3.040 por tonelada. Dentre os principais mecanismos de política doméstica estão os subsídios ao mercado interno europeu, tanto para produção como para exportação, sendo que, em 2000, a Organização Comum de Mercado (OCM) ⁵ destinou o valor de € 4,733 milhões como discute Bender (2006, p.61).

As dificuldades brasileiras relacionadas ao mercado da União Europeia estão nas exigências de qualidade e sanidade animal, apesar do bloco europeu adotar o Princípio da Regionalização, que permite ao país exportar, mesmo que tenha ocorrido foco de doenças em determinados locais. A questão dos subsídios europeus, dado que são largamente utilizados pelos países dos blocos, cria um cenário artificial para suas exportações, e afeta diretamente as exportações de países como o Brasil. Outra limitação está na reduzida participação na quota de carne de alta qualidade, uma vez que o Brasil é um dos principais exportadores.

Outro importante país no mercado internacional de carne bovina é a Rússia. Seu mercado está em franca expansão. Sua política comercial está baseada no sistema de quotas. Em 2004, a quota de importação para a carne *in natura* congelada foi de 420.000 toneladas⁶ e para carne fresca ou refrigerada a quota foi menor, 27.500 toneladas. Em termos tarifários, para importação dentro da quota incide uma tarifa de 15%, para importação além da quota, ela eleva-se para 60%. A quota anual de carne bovina congelada é destinada a um reduzido número de países, dos quais o Brasil fica com uma parcela de 69.000 toneladas, enquanto que a União Europeia fica com 339.700 toneladas. No entanto, o Brasil vem negociando a ampliação de sua participação nas importações desse país, já que poderá beneficiar-se do fato de que a Rússia reconhece o Princípio da Regionalização, como determina o Acordo SPS firmado na OMC.

Em geral, observa-se que as políticas comerciais dos países em desenvolvimento estão baseadas nas barreiras tarifárias, porém elevadas. Os países desenvolvidos, entretanto, utilizam-se das barreiras não tarifárias, as quais têm maior poder de restringir o comércio,

⁵ A atuação OCM ocorre em diversos setores, por meio de órgãos de intervenção que compram excedentes agrícolas quando o preço de mercado no bloco situa-se abaixo de um determinado preço de referência estipulado pela UE, preços esses em geral superiores aos dos mercados correntes no mercado internacional. Os programas da OCM para carnes passam por: direitos alfandegários, restituições, intervenções (preços mínimos e estocagem) e ajuda direta aos agricultores. Ex. prêmio geral de abate; prêmio à criação extensiva, etc.(MDIC 1999).

além de redirecionar os fluxos comerciais. Além disso, esses países disponibilizam elevados volumes de subsídios, prática que não é utilizada pelos países em desenvolvimento. (BENDER, 2006, p.71).

6. Os esquemas de qualidade assegurada como alternativa às barreiras comerciais impostas à cadeia da carne bovina

O incremento de demanda pela segurança do alimento e pelos controles regulatórios rígidos obrigou as cadeias produtivas a desenvolverem soluções seguras para os sistemas globais de alimentos. Nesse sentido, para Fearne et al. (2001), a segurança do alimento pode ser entendida como o conceito pelo qual os alimentos não irão causar danos para o consumidor quando preparados e/ou consumidos de acordo com o seu propósito de uso. Para isso, os sistemas de administração da segurança do alimento, são fundamentais, pois são designados para controlar os riscos potenciais de segurança do alimento associados com um produto e também para garantir as exigências da legislação de segurança, padrões do varejo e/ou esquemas de qualidade assegurada. Especificamente, um sistema de segurança do alimento é um conjunto (governamentais e não governamentais) de arranjos institucionais ou uma estrutura de governança que cria regras formais e informais para garantir a segurança do alimento (SPRIGGS; ISAAC, 2000). No que se refere aos esquemas de qualidade assegurada, estes foram desenvolvidos por grupos de *stakeholders*, em face da percepção de que nem o governo nem a indústria sozinhos podem garantir um sistema perfeito.

Outra dimensão tomada pela preocupação com a garantia da qualidade está mais focada na competitividade do produto, do que propriamente nas preocupações com a saúde da fonte do produto alimentar e do consumidor. No entanto, não há uma desconsideração do aspecto saúde, sendo o mesmo tratado dentro de outra dimensão, qual seja a geração de vantagens competitivas. Com o aumento, a internacionalização da produção e com o consumo de alimentos, a preocupação com a segurança do alimento proporcionou a geração de vantagens competitivas por meio de confiáveis sistemas de segurança do alimento (SPRIGGS; ISAAC, 2000).

⁶ Em 2006 a quota de importação de carne bovina congelada russa passou de 435.000 ton., ante as 430.000 ton. de 2004/2005. Até 2009, o volume aumentará gradualmente até atingir 450.000 toneladas. (VALOR ECONÔMICO, 12/11/2004).

Há que se considerar, no entanto, que programar e manter um sistema de segurança do alimento incide em custos. Essa afirmativa leva a crer que, nas regiões ou em países em que o desenvolvimento de um sistema de segurança pode ser feito de forma mais eficiente, com redução de custos de implantação e manutenção do mesmo, tende-se a criar uma fonte de vantagem competitiva. Alternativamente, se uma região ou país consegue transmitir confiança aos compradores internacionais, a partir da crença de que seu sistema de segurança tem mais integridade que os concorrentes, espera-se a emergência de outra fonte de vantagem competitiva, agora ligada à diferenciação do produto. A internacionalização da segurança do alimento pode também gerar vantagem competitiva, pela da criação de coordenações verticais dentro do sistema produtivo (SPRIGGS; ISAAC, 2000).

Nesse sentido, os esquemas de qualidade assegurada (EQA) tornam-se fundamentais à obtenção de vantagens competitivas, pois contemplam as estruturas, os procedimentos, processos e recursos organizacionais necessários para implementar a garantia da qualidade do alimento, conforme Stern e Peterson (2001). Existe uma diversidade de EQA, que vai desde uma simples utilização de boas práticas de produção até a criação de marcas que traduzem as especialidades dos produtos, como, por exemplo, o comércio justo, os produtos orgânicos e as denominações de origem como aponta Spriggs e Isaac (2000). Os EQA também podem ser vistos como arranjos institucionais criados para garantir a segurança do alimento em uma jurisdição particular.

No que se refere à carne bovina, dentre as inovações institucionais criadas para assegurarem a qualidade do alimento, pode-se destacar a rastreabilidade e a análise e controle dos pontos críticos (HACCP). O conceito de HACCP foi difundido especialmente na indústria de carne, em que é considerado como a mais revolucionária inovação institucional do século XX, visando a garantir a qualidade do alimento. O HACCP possui um caráter de prevenção aos problemas que podem ocorrer em primeira instância. Essa inovação emergiu da necessidade de mudar o paradigma na regulamentação da segurança do alimento, que era baseada em uma abordagem prescritiva, conforme Talamini e Malafaia (2006) e Spriggs e Isaac (2000).

Como contraponto, então, uma abordagem baseada em riscos (ABR) emergiu para garantir a segurança do alimento. A ABR integra procedimentos analíticos científicos que compõem o chamado *framework* da Análise de Riscos. Esse *framework* consiste em três

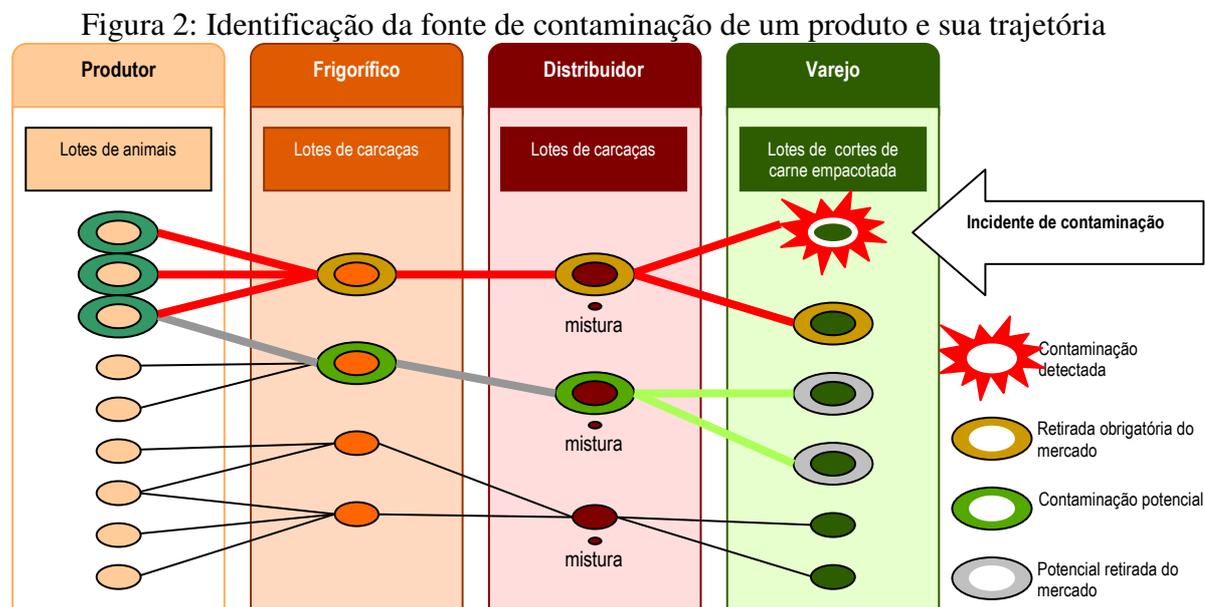
componentes: avaliação do risco, administração do risco e comunicação do risco. A avaliação do risco compreende o desenvolvimento de um sistema de informação de risco através de métodos analíticos aceitos cientificamente. A administração do risco visa a usar a informação de risco para definir uma apropriada ação para prevenir ou reduzir o risco. A comunicação do risco serve para garantir o fluxo da informação entre os outros dois componentes, bem como transmitir as informações para todos os *stakeholders* relevantes.

As funções do HACCP são baseadas em sete princípios básicos: a) conduzir uma análise de perigo; b) identificar pontos críticos de controle; c) criar limites críticos para cada ponto de controle crítico; d) criar pontos de controle críticos que requerem monitoramento; e) criar ações corretivas; criar procedimentos de registro e; f) criar procedimentos para verificar se o sistema HACCP está trabalhando como foi determinado (SPRIGGS; ISAAC, 2000). Com um sistema HACCP os perigos são identificados antes da produção ou do processamento, e os métodos e procedimentos são empregados para minimizar os riscos (TALAMINI; MALAFAIA, 2006).

Já a rastreabilidade não possui um caráter preventivo para Liddell e Bailey (2001). Sua função é a transmissão das informações entre todos os agentes da cadeia de valor. Entende-se por rastreabilidade a garantia ao consumidor de um produto seguro e saudável, por meio do controle de todas as fases da produção, industrialização, transporte, distribuição e comercialização, possibilitando uma perfeita ligação entre produto final e a matéria-prima que lhe deu origem, além de possibilitar a remontagem das transações pelas quais passou o produto, dando nome e endereço aos seus agentes. Segundo Bantham e Oldham (2003), a rastreabilidade é a chave para os esquemas de qualidade assegurada, pois, na ocorrência de um evento de contaminação ou agroterrorismo, permite identificar e isolar as fontes de contaminação de forma rápida, segura e eficiente. A figura 2 apresenta um esquema de como esse processo funcionaria para o caso mencionado.

Nesse sentido, pode-se dizer que a cadeia de valor agroalimentar está tornando-se cada vez mais sofisticada, principalmente na maneira como as informações sobre os alimentos são coletadas e transferidas entre os agentes. As inovações em *hardware* e *software*, que visam a monitorar produtos individuais do campo à prateleira, estão sendo usadas também para identificar matérias-primas apropriadas para as plantas industriais, bem como coletar os

atributos dos produtos e transmitir essas informações a montante e jusante na cadeia de valor. Em todos os pontos da produção e de processamento, os dados são coletados e gravados, criando uma história eletrônica da vida do produto.



De acordo com as ideias de Bantham e Oldham (2003), as soluções da tecnologia permitem às companhias interconectar os sistemas de produção, processamento e empacotamento, ligando números individuais da unidade, do grupo e de lote, de modo que a identidade do produto seja retida da produção durante todo o processo. Os sistemas são customizados de modo que os produtores e os processadores individuais trabalhem em um ambiente padronizado. Isso permite diminuir custos, melhorar a qualidade e aumentar a lucratividade.

Sendo assim, percebe-se que os Esquemas de Qualidade Assegurada são ferramentas importantíssimas para atestar a qualidade dos produtos, haja vista ser a certificação dos processos o ponto fundamental do conceito atual de qualidade. Acredita-se que se a cadeia da carne bovina investir em certificações, as barreiras não tarifárias perderão força.

7 Considerações finais

O crescimento no comércio internacional de carne bovina nos últimos anos é extremamente expressivo. Nos últimos 15 anos, as exportações de carne bovina aumentaram quase 50%, alcançando em 2006 um volume de 5 milhões de toneladas, valor que

corresponde a aproximadamente 10% do que é produzido no mundo. Nesse período, o Brasil tornou-se um dos mais importantes *players* dessa *commodity*. Entretanto, o Brasil tem sofrido restrições comerciais à exportação de carne bovina, causando sérios prejuízos à cadeia produtiva como um todo; somente em 2008 houve uma redução de 20% no volume comercializado.

Como se sabe, as crises sanitárias ocorridas no mercado pecuário fizeram com que os consumidores reagissem de diversas maneiras. A reação mais imediata foi reduzir o consumo de carne bovina. A outra reação, mais demorada, mas com efeitos mais duradouros, foi exigir maior segurança e qualidade nas carnes, bem como mais informações. Essas exigências conduziram a uma necessidade de garantir a rastreabilidade e o desenvolvimento de marcas de especialidades (Denominações de Origem, Indicações Geográficas, Selos Raciais, entre outros), nas quais a confiança no processo é um instrumento básico de competência.

Os resultados dessa pesquisa mostraram que o Brasil não possui atualmente um sistema de rastreabilidade e certificação confiável, haja vista a constante mudança nas regras do sistema de bovinocultura, ficando à mercê das barreiras não tarifárias impostas pelos seus clientes internacionais. As crescentes exigências dos mercados internacionais de carne bovina sobre os atributos de segurança do alimento, bem-estar animal e sustentabilidade ambiental obrigarão o Brasil a enfrentar o desafio de poder satisfazer a esta demanda através de rigorosos protocolos de produção, que aumentem a confiança do consumidor, diferenciando-os e agregando valor.

Nesse sentido, investimentos em Esquemas de Qualidade Assegurada que permitam vender confiança aos seus clientes, nas quais organismos internacionais da certificação auditam o cumprimento de um protocolo que cubra tanto a fase produtiva como a industrial, devem ser tema prioritário nas agendas de discussão da cadeia da carne bovina brasileira. Entende-se que esse protocolo deve envolver a segurança alimentar, a rastreabilidade, o bem-estar animal e a sustentabilidade ambiental. Somente assim, o Brasil conseguirá fazer frente às barreiras não tarifárias impostas à exportação de carne bovina. Por fim, espera-se que este estudo tenha contribuído para o entendimento das estratégias que deverão ser norteadas pelos agentes da cadeia da carne bovina brasileira, para conquistar e/ou ampliar mercados que pagam preços *premium*.

Referências

- ANUALPEC. **Anuário de Pecuária Brasileira**. FNP, 2003.
- ANUALPEC. **Anuário de Pecuária Brasileira**. FNP, 2006. p.5-90.
- BANTHAM, Amy; OLDHAM, Courtney. **Creating value through traceability solutions: a case study**. In: World Food & Agribusiness Forum and Symposium, 13, 2003, Cancun. **Anais...** Cancun: IAMA, 2003. 1 CD-ROM.
- BARRAL, Welber. **O Brasil e o protecionismo**. 1º ed. São Paulo: Aduaneiras, 2002 220p.
- BATALHA, Mario O. **Gestão agroindustrial**: Gepai-Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. São Paulo, Atlas S/A, 1997, 573 p.
- BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001. 320 p.
- BENDER, Reisoli Filho. **O mercado de carne bovina no Brasil**: os efeitos da eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias. Porto Alegre, 2006. 136 p. Tese (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. (mimeo).
- BERTO, André R.. **Barreiras ao comércio internacional**. Convibra-Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 2004, p.15.
- BLISKA, F.M.M; GONÇALVES, J. R. **Prospecção de demandas tecnológicas na cadeia produtiva de carne bovina no Brasil**. **Boletim Técnico do Instituto de Zootecnia**. Nova Odessa, n.42, p.1-73, 1998.
- CASTILHO, M.R. Uma investigação sobre as barreiras não-tarifárias impostas às importações brasileiras. **Revista Brasileira Comércio Exterior**, n. 47, p.51-60; jan./mar. 1996.
- CASTILHO, M.R. **O Sistema de preferências comerciais da União Européia**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. 62 p. (Texto para discussão, 742).
- CASTRO, Antonio M.G. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp> > 2002. Acesso em: 5 maio 2008.
- CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Cadeia Agroindustrial da Carne Bovina**. 2006. Disponível em: http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/boi/cadeia_boi.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2008.
- FEARNE, Andrew; HORNIBROOK, Susan; DEDMAN, Sandra. The management of perceived risk in the food supply chain: a comparative study of retailer-led beef quality assurance schemes in Germany and Italy. **International Food and Agribusiness Management Review**, London, v. 4, p. 19-36, 2001.

FERREIRA, G. **Alianças empresariais em cadeias de produção**: estrutura, motivação e estratégias na produção de carne bovina. In: Encontro de Estudos em Estratégias, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.

FILHO, Cassio S.S. **Panorama da bovinocultura de corte no estado de Santa Catarina nos 1990**. 2006; 68 p. Monografia, (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de Santa Catarina, 2006 (mimeo).

FLORIANI, C.G. Os novos caminhos da cadeia produtiva da bovinocultura. **AGROTEC, Caderno Técnico** – IMA; Belo Horizonte, v.1, n.2, p.16-24, mar.2001.

FUTURO. **Globo Rural**, São Paulo, ano 17, n.198, p.4, abr. 2002.

GALLI, F.; MIRANDA, S.H.G. **A regulamentação sobre o comércio de carne bovina no contexto do acordo SPS**. Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) – ESALQ/USP, Piracicaba. 2008. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/internacional.pdf>> Acesso em; 29 ago. 2008.

GURGEL, Ângelo Costa. Impactos da liberalização comercial de produtos do agronegócio na Rodada de Doha. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.60, n.2, p.133-151, abr./Jun.2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, Disponível em:<<http://ibge.gov.br>>.Acesso em: 7. maio 2007.

INMETRO. Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas.asp>>. Acesso em: 24 out.2007.

JANK, M. S. **Competitividade do agribusiness brasileiro**: discussão teórica e evidências no sistema carnes. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

JANK, M.S; VIEGAS, I.F.P. A OMC e o agronegócio: o desafio da rodada do milênio. **Preços Agrícolas**, v.14, n.156, p.3-10; out./1999.

KRUGMAN, Paul R.; Obstfeld, Maurice. **Economia internacional**:teoria e política. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 2005. 650 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

LIDDELL, S.; BAILEY, D. Market opportunities and threats to the U.S. pork industry posed by traceability systems. **International Food and Agribusiness Management Review**, London, v. 4, p. 287-302, 2001.

LIMA, R.C.A.; MIRANDA, S.H.G.;GALLI, F. **Febre aftosa**: impactos sobre as exportações de carne bovina e o contexto mundial das barreiras sanitárias. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br>> Acesso em: 17 set.2007.

MDIC. Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Barreiras externas às exportações brasileiras**. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX, 1999.

MIRANDA, S.H.G; CUNHA, J.H. Normas sanitárias e fitossanitárias: proteção ou protecionismo. **Informações Econômicas**, v.34, n.2, p.25-35. fev.2004.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **Agriculture, trade and the Gatt: a glossary of terms**. Disponível em: < www.wto.org> Acesso em: 10 abr. 2008.

PEREIRA, L.V. **Indicadores de incidência das barreiras não-tarifárias praticadas pelos países desenvolvidos contra a exportação brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 68 p. (Texto para discussão, 22).

RODRIGUES, Tatiana; PAULA, Nilson. A agricultura nas negociações multilaterais na Rodada de Doha e suas implicações para o Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, p.26, 2007.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1985. 310 p.

SPRIGGS, John; ISSAC, Grant. **Food safety and international competitiveness: the case of beef**. New York: CABI Publishing, 2001.

STERNS, James; PETERSON, Christopher. The globalization of smaller agri-food firms: a decision – making framework tested through case research. **International Food And Agribusiness Management Review**, London, v. 4, p. 133-148, 2001.

TALAMINI, Edson; MALAFAIA, Guilherme Cunha. **Traceability, transparency and assurance (TTA) systems implementation for the brazilian exporter pork meat chain**. In: World Food & Agribusiness Symposium, 16., 2006, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: IAMA, 2006.

THORSTENSEN, V. **Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a Rodada do milênio**. São Paulo: Aduaneiras, 1999; 517 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 280 p.

UNCTAD-United Nation Conference on Trade and Development. 2006. Disponível em: <<http://unctad.org>>. Acesso em: 15 ago.2008.

VIEGAS, Isabel Fernandes. **Impactos das Barreiras comerciais dos EUA e União Européia sobre a pauta das exportações agrícolas brasileiras**. Piracicaba, 2003.81 p. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.2003. (mimeo).

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, Jank, M.F (Org.) **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000, 350 p.

Universidade de Caxias do Sul

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

- 030 – mar. 2009** – Empresas transnacionais e os investimentos estrangeiros diretos: uma análise comparativa entre os países selecionados a partir dos anos 90
Janete Pezzi – DECE/UCS, Divanildo Triches – IPES/UCS/PPGE/UNISINOS
- 031 – abr. 2009** – Análise do desempenho das exportações brasileiras de açúcar e as restrições da União Européia a partir de 1995
Divanildo Triches – IPES/UCS/PPGE/UNISINOS; Soraia Santos da Silva DECE/UCS
- 032 – maio. 2009** – Reflexões sobre as barreiras não tarifárias às exportações na cadeia de carne bovina brasileira
Sheila Zardo da Silva – UCS Divanildo Triches – IPES/UCS/PPGE/UNISINOS; Guilherme Malafaia – PPGA/UCS

